

Economia

FRETE Câmara e Senado aprovam MP que estabelece preços mínimos para o setor. Texto também anistia multas aplicadas durante a greve

Congresso aprova tabela

BRASÍLIA e SÃO PAULO – Após uma pressão dos caminhoneiros, a Câmara dos Deputados aprovou ontem, quase à noite, a medida provisória (MP) que estabeleceu uma tabela com preços mínimos para os fretes. O tabelamento atende a uma das principais reivindicações dos caminhoneiros para encerrar a greve realizada em maio, que durou 11 dias e paralisou o abastecimento de bens e combustível no País. Os deputados incluíram no texto a anistia às multas de trânsito aplicadas aos caminhoneiros e empresas de transporte que não retiraram seus caminhões das pistas entre os dias 21 de maio e 4 de junho de 2018, período da greve. Horas depois de passar pela Câmara, o plenário do Senado aprovou a MP em votação simbólica que durou apenas oito segundos. Agora, o texto vai à sanção presidencial.

Apesar da pressão, à noite, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse, em entrevista, que “é possível sim que se estabeleça um veto” em relação à MP, justificando que “existem diversos processos tramitando na Polícia Federal que nos trazem ainda maior convicção de que foi praticado sim, o locaute, durante aquele movimento”.

Ainda pela manhã, os caminhoneiros se reuniram com o relator do projeto, o deputado Osmar Terra (MDB-RS), e negociaram alguns pontos para que a matéria pudesse entrar na pauta do dia. Uma das questões, segundo o caminhoneiro autônomo Wallace Landim, conhecido como “Chorão”, foi a anistia das multas durante a greve de maio. Havia uma ameaça de novas paralisações.

O plenário aprovou o texto-base da medida, em um acordo entre os deputados. Outro ponto importante que foi mantido no texto é que o legislado deve prevalecer sobre o que é acordado. Ou seja, será proibido celebrar qualquer acordo ou convenção, individual ou coletivamente, no sentido de praticar fretes em valores inferiores aos pisos mínimos.

O parecer estabelece pisos mínimos para o serviço de frete. O texto não diz o valor dos pisos. Determina que eles serão calculados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), levando em conta o tipo da car-

ga, a distância, o preço do diesel e os custos de pedágio.

Os senadores aprovaram sem alterações o texto-base da MP que, segundo reclamação do agronegócio, representa aumento de custos de 30% a 50% no transporte de mercadorias. Para muitas empresas, a MP ameaça inviabilizar atividades industriais que envolvem produtos de baixo valor.

Para o agronegócio, tabela aumenta custos de 30% a 50% no transporte de mercadorias

REPERCUSSÃO

A Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) disse por nota que vai buscar todos os recursos possíveis “no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário” para reverter a regra que instituiu o tabelamento do preço do frete. A entidade diz que faltou um debate mais profundo considerando os impactos da medida. “Representando praticamente 100% da área plantada de soja no País, a Aprosoja Brasil alerta que o frete mínimo vai encarecer o custo de produção agrícola e inviabilizar a comercialização de muitos produtores, além de aumentar o custo para o transporte dos produtos da cesta básica e provocar alta da inflação”, disse na nota a associação.

A Aprosoja de Goiás estimou que o potencial de perdas ao setor de grãos daquele Estado com o tabelamento do frete é de R\$ 600 milhões. O impacto do tabelamento do frete na indústria paulista entre os meses de junho e dezembro deste ano foi estimado em R\$ 3,3 bilhões, segundo cálculo divulgado ontem pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O valor equivale ao aumento de 19,8% – ou um gasto mensal adicional de R\$ 469,6 milhões – que o setor terá de arcar com a implementação da política nacional de preços mínimos.



PRESSÃO O tabelamento atende a uma das principais reivindicações dos caminhoneiros para encerrar a greve realizada em maio

Produção industrial

O setor produtivo pernambucano sentiu os efeitos causados pela mobilização dos caminhoneiros, veja alguns:

| Segmento | % abril/maio | % maio2017/maio2018 | % acumulada no ano |
|-----------------------------|--------------|---------------------|--------------------|
| Indústria geral | -8,1 | -3,5 | 2,3 |
| Indústrias de transformação | - | -3,5 | 2,3 |
| Produtos alimentícios | - | 11,6 | -0,3 |
| Bebidas | - | -14,4 | 3,7 |
| Têxteis | - | -9,3 | -1,8 |
| Celulose/papel | - | -17,1 | -0,8 |
| Sabões | - | 5,1 | 6,2 |
| Produtos químicos | - | -38,7 | -19 |
| Borracha/plástico | - | -2,9 | 0 |
| Minerais não-metálicos | - | -1 | -0,3 |
| Metalurgia | - | -11,8 | -5,1 |
| Produtos de metal | - | 12,2 | 44,5 |
| Máquinas | - | 2 | 10,5 |
| Equipamentos de transporte | - | 29,9 | 12,8 |

Fonte: IBGE

Greve provocou queda na indústria

RIO e RECIFE – A paralisação dos caminhoneiros, que resultou em bloqueios de estradas por todo o Brasil por 11 dias ao fim de maio, provocou uma queda generalizada na indústria por todo o País.

A produção recuou em 14 dos 15 locais pesquisados, na passagem de abril para maio, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado de São Paulo, maior parque industrial do País, registrou um tombo de 11,4%. Os recuos mais acentuados ocorreram em Mato Grosso (-24,1%), Paraná (-18,4%), Bahia (-15,0%) e Santa Catarina (-15,0%). Assim como São Paulo, o Rio Grande do Sul (-11,0%) também teve perda mais intensa do que a média global da indústria, de -10,9%.

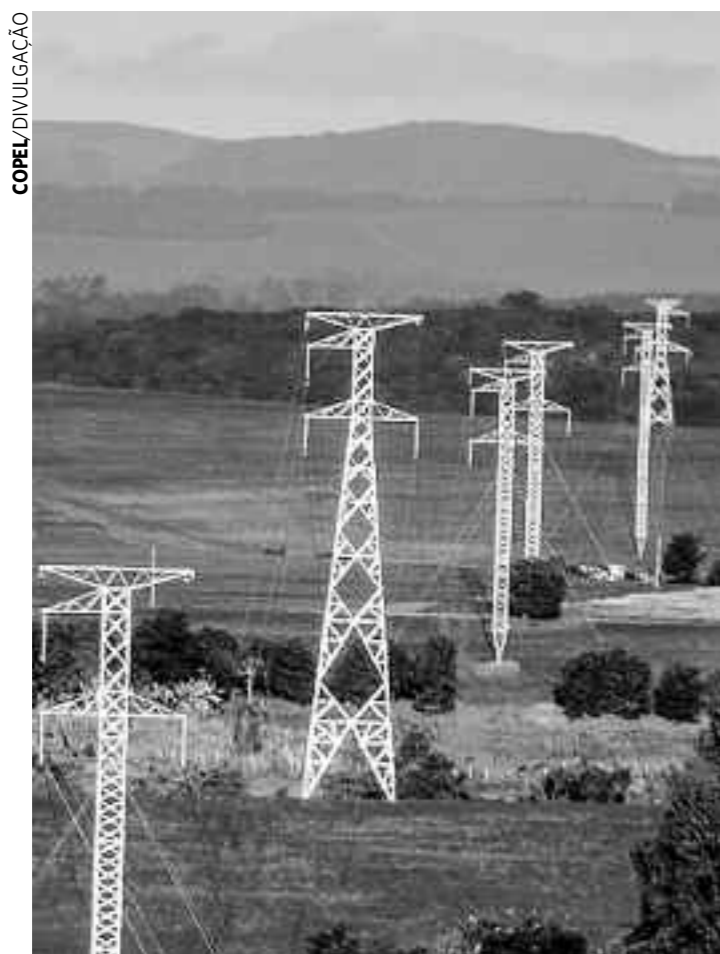
As demais quedas ocorreram em Goiás (-10,9%), Minas

Gerais (-10,2%), Região Nordeste (-10,0%), Pernambuco (-8,1%), Rio de Janeiro (-7,0%), Ceará (-4,9%), Amazonas (-4,1%) e Espírito Santo (-2,3%).

No Nordeste as quedas mais intensas foram pressionadas, principalmente, pelos recuos observados nos setores de produtos alimentícios (açúcar VHP e cristal) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (álcool etílico e biodiesel).

“As maiores dificuldades foram os obstáculos para conseguir escoar a mercadoria e a queda na produção por falta de insumos”, disse o presidente do Sindicato da Indústria e do Alcool (Sindaúcar-PE), Renato Cunha.

A paralisação dos caminhoneiros afetou os resultados da indústria também em relação a maio do ano passado. Houve perdas na produção em 12 dos 15 locais pesquisados com Pernambuco registrando -3,5%.



CUSTO Projeto de venda das distribuidoras veio com penduricalhos

ELETOBRAS

Projeto aumenta custo da luz

RIO e BRASÍLIA – A aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que destrava a venda das distribuidoras da Eletrobras do Norte e Nordeste vai pesar no bolso dos brasileiros. O impacto será de R\$ 7,55 bilhões por ano, o que representará aumento médio de 5,2% nas tarifas de energia, incluindo residências e empresas.

A estimativa é da Abrace, que reúne grandes consumidores industriais e consumidores livres de energia. O cálculo contempla penduricalhos incluídos de última hora no projeto, como a isenção do pagamento de conta de luz para famílias de baixa renda com consumo de até 70 quilowatt-hora (kWh) e a autorização para que duas distribuidoras que

atuam na Região Norte repassem seus custos com “macacos” aos consumidores. O projeto ainda precisa ser aprovado no Senado e ser sancionado pelo presidente da República antes de entrar em vigor.

O ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse ontem, no entanto, que, apesar de não haver tempo para apreciação pelo Senado, a aprovação pela Câmara dos Deputados “já é suficiente” para que o processo tenha andamento. Por conta desse sinal dado pela Câmara, segundo o ministro, “a ideia” é manter a data do leilão, previsto para o dia 26 de julho.

“O projeto de lei era para facilitar a privatização das distribuidoras. Mas algumas emendas, como a da tarifa social e a

O impacto será de R\$ 7,55 bilhões por ano, num aumento de 5,2% nas tarifas

questão das perdas de energia (macacos), ajudam a piorar o que já está muito ruim. Está se fazendo um canibalismo do setor elétrico, e o consumidor final é sempre quem paga a conta”, afirmou Edvaldo Santana, presidente da Abrace.

O custo dessa gratuidade é bancado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Trata-se de um fundo setorial

que tem como objetivo custear as políticas públicas do setor elétrico, bancados pelas contas de luz. O projeto de lei aprovado na terça-feira não apenas concedeu isenção do pagamento de tarifa às famílias, como estendeu o limite do maior desconto para 70 kWh mensais.

Segundo a Aneel, o atual pagamento da CDE para custear a tarifa social subirá de R\$ 2,28 bilhões por ano para R\$ 3,02 bilhões por ano, caso o projeto de lei seja aprovado no Senado e sancionado pela Presidência. Essa diferença de R\$ 742 milhões terá um impacto de 0,5% nas contas de luz, diz a agência. O cálculo coincide com o feito pela Abrace, que estima impacto de R\$ 750 milhões por ano sobre as tarifas.